

Artigo

Novo tempo de retomadas e insurreições de jovens indígenas diante dos impactos socioambientais, da violência de Estado e do limbo ruralista em Mato Grosso do Sul

Germano Alziro Lima

158

Cerizi Francelino Fialho

Gislaine Monfort

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma colaboração entre geógrafos indígenas e uma geógrafa não indígena, com o objetivo de construir uma investigação e reflexão coletiva sobre a dinâmica contemporânea de conflitos e violências resultantes das práticas políticas do Estado sob a égide de distintos governos e da ofensiva ruralista contra os territórios indígenas. Paralelamente, analisamos as múltiplas dimensões da resistência de jovens indígenas diante da guerra continuada contra suas vidas e territórios. Para esse fim, adotou-se como método a abordagem qualitativa que engloba a revisão bibliográfica desde as perspectivas teóricas e políticas de pesquisadoras/es indígenas e não indígenas, entrevistas semiestruturadas, bem como uma análise sobre o contexto de mudanças no uso e cobertura do solo com foco em Mato Grosso do Sul. Analisa-se primeiramente as dimensões do terrorismo de Estado e as ações ofensivas dos ruralistas no Brasil, que tem engendrado um contexto de violência sistemática contra a vida e os territórios indígenas. Em seguida, analisa-se o papel vital da auto-organização das juventudes indígenas, numa reflexão sobre as frentes de atuação e as perspectivas de resistência desses sujeitos jovens. Em meio a violência como modus operandi do Estado e do agronegócio, os povos, e neste caso, especialmente a juventude, irrompem os cercos fortalecendo trincheiras em defesa das retomadas de seus territórios e de suas autonomias, enfrentando a ofensiva das dinâmicas de extração, de saque à biodiversidade e da superexploração do trabalho articulados por essa “máquina de guerra”.

Palavras-chave: Autonomias indígenas; Juventudes indígenas; Neoextrativismo; Violência de Estado.

A new era of *retomadas* and insurgence among young indigenous people facing socio-environmental impacts, state violence, and the ruralist limbo in Mato Grosso do Sul, Brazil

Abstract

This paper is the result of a collaboration between two indigenous geographers and a non-indigenous geographer, intending to construct collective research and reflection on the contemporary dynamics of conflicts and violence resulting from the political practices of the State under the auspices of various governments and the ruralist offensive against indigenous territories. In parallel, we analyze the multiple dimensions of resistance among young indigenous individuals in the face of the ongoing war against their lives and territories. To this end, we adopted a qualitative approach that encompasses a literature review from both indigenous and non-indigenous researchers' theoretical and political perspectives, semi-structured interviews, as well as an analysis of the changing land use and land cover context with a focus on Mato Grosso do Sul. First, we examine the dimensions of state terrorism and the offensive actions of ruralists in Brazil, which have engendered a context of systematic violence against indigenous lives and territories. Next, we analyze the vital role of self-organization among indigenous youth, reflecting on their fronts of action and prospects for resistance. Amidst the violence as the *modus operandi* of the State and agribusiness, indigenous peoples, and in this case, especially the youth, break through the sieges, strengthening fortifications in defense of the reclamation of their territories and their autonomy, confronting the offensive of extraction dynamics, biodiversity plunder, and labor super-exploitation articulated by this “war machine”.

159

Keywords: Indigenous autonomies; Indigenous youth; Neo-extractivism; State violence.

Nuevo tiempo de retomas e insurrecciones de jóvenes indígenas ante los impactos socioambientales, la violencia de Estado y el limbo ruralista en Mato Grosso del Sur, Brasil

Resumen

El presente trabajo es el resultado de una colaboración entre geógrafos indígenas y una geógrafa no indígena, con el objetivo de construir una investigación y reflexión colectiva sobre la dinámica contemporánea de conflictos y violencias resultantes de las prácticas políticas del Estado bajo la égida de distintos

gobiernos y la ofensiva ruralista contra los territorios indígenas. Al mismo tiempo, analizamos las múltiples dimensiones de la resistencia de jóvenes indígenas frente a la guerra continua contra sus vidas y territorios. Para este fin, adoptamos un enfoque cualitativo que incluye la revisión bibliográfica desde las perspectivas teóricas y políticas de investigadores/as indígenas y no indígenas, entrevistas semiestructuradas, así como un análisis del contexto de cambios en el uso y la cobertura de la tierra con un enfoque en Mato Grosso del Sur. En primer lugar, se examinan las dimensiones del terrorismo de Estado y las acciones ofensivas de los ruralistas en Brasil, que han generado un contexto de violencia sistemática contra la vida y los territorios indígenas. A continuación, se analiza el papel vital de la autoorganización de la juventud indígena, reflexionando sobre los frentes de acción y las perspectivas de resistencia de estos jóvenes sujetos. En medio de la violencia como *modus operandi* del Estado y el agronegocio, los pueblos, y en este caso, especialmente la juventud, irrumpen en los cercos fortaleciendo trincheras en defensa de las recuperaciones de sus territorios y sus autonomías, enfrentando la ofensiva de las dinámicas de extracción, saqueo a la biodiversidad y la sobreexplotación del trabajo articulados por esta “maquina de guerra”.

Palabras clave: Autonomías indígenas; Juventud indígena; Neoextractivismo; Violencia estatal.

Introdução

As ações políticas do Movimento Indígena na América Latina ocupam um lugar central na luta pela reprodução da vida frente à guerra continuada instituída pelo Estado e pelas ofensivas do agronegócio. Os caminhos tecidos nesses movimentos de resistência (permanente) conduzem a luta pela vida diante da crise sistêmica. Crise que se revela como uma crise multidimensional e multiescalar (Lander, 2023) no processo de apropriação de territórios e da biodiversidade.

Reconhecer a existência de uma guerra em curso significa compreender o que Mbembe (2018) aponta como mecanismos predadores altamente organizados, que contam com amparo material e financeiro de diversos agentes, sejam eles estatais, empresariais ou privados. Esses mecanismos e agentes estabelecem uma lógica empresarial-corporativa sobre os territórios e uma violência sistemática contra diversos povos, sobretudo, os povos originários. A extração e o saque da biodiversidade e dos bens comuns são mobilizados por essa “máquina de guerra” que se empenha em tentativas brutais de imobilizar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por áreas precárias (Mbembe, 2018).

Abya Yala vivencia as profundas cicatrizes dessa “máquina de guerra” fomentada por meio dos antigos cercamentos e das novas formas de acumulação e colonialismo. O resultado é a crescente expansão de zonas de sacrifício conduzidas pelo capital sob a face do agronegócio e que têm impactos profundos na vida de povos indígenas e comunidades locais. Distintos governos, seja do espectro político-ideológico da esquerda institucional ou da direita empresarial-militar, optaram por priorizar as *commodities* como o principal motor de inserção dependente da América Latina na geoeconomia e geopolítica global em detrimento dos direitos territoriais originários (Malheiro, 2023; Svampa, 2023).

Diante desse cenário, os povos irrompem os cercos instituídos pelo Estado e pelo Capital fortalecendo trincheiras em defesa da vida, avançando em retomadas e autodemarcações de seus territórios, fortalecendo processos de proteção e monitoramento territorial, bem como suas autonomias. Destacam-se nesse processo a resistência das mulheres originárias e da juventude indígena.

Sob esse pressuposto, o presente trabalho derivou de uma colaboração entre um geógrafo Kaiowá, um geógrafo Terena e uma geógrafa não indígena com o objetivo de refletir e analisar coletivamente as múltiplas dimensões das resistências das juventudes Guarani Kaiowá e Terena na defesa de seus territórios, autonomias e da luta pela vida. Para esse fim, adotou-se como método a abordagem qualitativa que engloba a revisão bibliográfica desde as perspectivas teóricas e políticas de pesquisadoras/es indígenas e não indígenas, entrevistas semiestruturadas, bem como uma análise sobre o contexto de mudanças no uso e cobertura do solo com foco em Mato Grosso do Sul.

A análise se volta, em um primeiro momento, à reflexão sobre o terrorismo de Estado e as ofensivas ruralistas no Brasil que tem engendrado um contexto de violência sistemática contra a vida e os direitos territoriais originários. Em seguida, analisa-se o papel vital da auto-organização das juventudes indígenas, numa reflexão sobre as diversas frentes de atuação seja na luta por retomada e autodemarcação de seus territórios ou no fortalecimento das autonomias n contexto mais amplo.

Acreditamos na importância de abordar a perspectiva de violência e terrorismo de Estado e suas interações com outros agentes empresariais e privados, pois, como apontado por Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 253), torna-se uma perspectiva analítica e denunciativa. Isso implica dizer que a produção de conhecimento deve se radicalizar e engajar-se no combate à naturalização de processos de violações à vida e aos territórios.

Dialogamos com Neto (2012) ao ressaltar que a discussão sobre a espacialidade ou a territorialidade da condição juvenil na Geografia permite um olhar para as possibilidades que a abordagem espacial oferece para o desvelamento das dinâmicas das juventudes em diferentes contextos territoriais. Quando tratamos de refletir sobre a espacialidade é necessário a compreensão de esta é a dimensão que possibilita o reconhecimento da diferença e da diversidade de formas de existência, de trajetórias históricas; bem como de trajetórias que se entrecruzam, mas que também se desconectam (Massey, 2008).

A territorialidade se situa nesta discussão, no campo das tensões, dos conflitos, mas também no campo da afirmação das existências pelas ações dos sujeitos políticos. Em concordância com Porto-Gonçalves (2002) acreditamos ser no campo das tensões que novas territorialidades devem ser buscadas. Neste caso a partir das insurgências das juventudes indígenas em defesa de seus territórios, estamos diante de geo-grafias que afirmam a vida, a defesa do nosso planeta diante da crise climática e que conformam novos territórios, notadamente, novas territorialidades.

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos, sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Porto-Gonçalves, 2002, p. 13).

Há nesse cenário, a importância das práticas discursivas que emergem desde as experiências de vida dos sujeitos na defesa de seus territórios e nas relações de cuidado

e cultivo dos sistemas socioecológicos, dinâmicas que afirmam a digna luta pela vida por meio de seus modos de “ser-no-mundo” (Leff, 2023).

Sob a perspectiva da heterogeneidade e da multiplicidade, um dos conceitos através dos quais a Geografia pode contribuir com a reflexão e leitura da dimensão espacial das juventudes, é o conceito de território (Neto, 2012). Analisar, portanto, os “conflitos que se expressam na questão agrária e conhecer os sujeitos envolvidos permitem dimensionar trajetórias de luta e de resistência, capazes de enfrentar a lógica destrutiva do capital” (Sauer *et al.*, 2021, p. 22).

Nesse sentido, neste artigo, o território é um conceito chave para pensar as resistências das juventudes indígenas a partir da compreensão das relações étnico-raciais. Sob esse horizonte, Ratts (2020), Luciano *et al.* (2010) e Dealdina (2020) destacam como os povos originários, as comunidades/coletividades negras e quilombolas, através de suas próprias intelectualidades, memórias coletivas, modos de existência e movimentos de luta, têm reivindicado as dimensões étnico-raciais, bem como as gênero, enquanto territoriais (Ratts, 2020).

Com essas premissas, desejamos que este trabalho se some às geografias que tem assumido um movimento de colaboração junto a pesquisadores e pesquisadoras indígenas e um compromisso na construção de análises coletivas diante da guerra continuada articulada pelo Estado, pela ofensiva ruralista e pelas novas frentes de exploração e acumulação.

Temos como horizonte a perspectiva de uma geografia e de uma ciência como ferramenta de luta, como apontado brilhantemente pelo geógrafo Timo Bartholl (2018):

Ao pôr Geografias em movimento e investigar em ação, entramos em diálogo com uma diversidade de sujeitos e seus saberes, e ganha importância, numa perspectiva emancipatória, qual relação estabelecemos entre esses saberes: como aprendemos e como compartilhamos o que aprendemos, como geramos saberes em um sentido coletivo, inter e trans-sujeito, e como estes saberes alimentam nossas práticas, que, por sua vez, realimentam as nossas reflexões, em busca de superar em vez de reafirmar hierarquias e relações de dominação (Bartholl, 2018, p. 115)

O compromisso com as lutas em defesa da vida e do território, bem como o compromisso com a colaboração e a coprodução, são tanto o nosso ponto de partida quanto nosso horizonte político-epistêmico e prático.

1. A violência estatal e a guerra do agronegócio na ofensiva ruralista sobre os territórios indígenas

A guerra conduzida pelo Estado, pelo agronegócio e de outras frentes de extração/exploração contra a vida é uma dinâmica que se institui, fundamentalmente, através da apropriação territorial. “No capitalismo a apropriação espacial se coloca como método prático de acumulação e consolidação territorial” (Souza; Mizusaki, 2018, p. 522). A racionalidade de criação do valor é a conversão de bens comuns em mercadorias fundamentado na dominação da terra e do território, e a partir dela, também o estabelecimento do massacre e do saque massivo (Malheiro, 2023).

Como apontado por Malheiro (2023) o capitalismo é um modo de produção fundado em uma forma de representar o mundo por meio de uma racionalidade predatória, um projeto de morte. Pode-se considerar ainda como uma forma de generalizar a morte e precarizar/confinar a vida. É um sistema de produção de esquecimento e ruína, um modo “de produzir normalidades absurdas, um modo de produzir racismo e patriarcado como lógicas estruturais de organização social, um modo de produzir guerras contra a vida” (Malheiro, 2023, p. 155).

Em um processo multifacetado as ofensivas do agronegócio e de outras fronteiras de exploração/extração impõe uma guerra continuada contra todas as esferas da reprodução da vida, sobretudo, neste caso, pensando as diferentes dimensões do espaço agrário latino-americano (Pereira, 2019). Para Mbembe (2018) se o poder institui um controle estreito sobre os territórios e os corpos, as novas tecnologias de destruição “estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-

los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo massacre” (Mbembe, 2018, p. 141).

Nesse sentido, é importante destacar que as violações não se estabelecem somente por meio dos sistemas produtivos, mas se reproduz na criação de consensos legais-institucionais que legitimam a violência sistemática e o massacre como mecanismo sociopolítico do Estado (Álvarez, 2021). Uma leitura que compreenda o Estado e o capitalismo como produtores de esquecimento, de guerras continuadas e de ruínas, nos leva a um debate sobre as linhas de força que caracterizam as engrenagens do capital e suas implicações socioeconômicas, políticas, territoriais e ambientais (Malheiro, 2023). Essa leitura também contribui para a reflexão sobre os processos socioambientais no campo conflitivo da ontologia política e permite a compreensão de como se estabelece o encontro antagônico do regime de racionalidade do capital e o plano de imanência da vida (Leff, 2023).

As novas ofensivas de acumulação têm como uma de suas formas de expansão o agronegócio e de forma mais ampla do neoextrativismo, modelos intimamente ligados ao avanço de grandes empreendimentos de infraestrutura que permitem as condições para circulação das *commodities* (Sauer; Leite, 2012). O neoextrativismo fundamenta-se na intensificação da divisão territorial do trabalho e no crescimento de uma base exploratória-extrativo-exportadora com centralidade nas *commodities*, as quais se constituem como ativos financeiros. Englobam produtos como a soja, a cana-de-açúcar, o dendê, o milho, entre outros monocultivos. Além disso, também englobam os minérios, hidrocarbonetos e seus derivados (Svampa, 2019).

Nessa ofensiva há a implantação de fluxos estáveis de circulação das mercadorias a serem pilhadas nos circuitos (nacionais e mundiais) de acumulação, o que implica uma ampla infraestrutura transfronteiriça de energia, transporte, rodovia, ferrovia, comunicação e uma cadeia de dominação territorial (Malheiro, 2023). A dimensão político-econômica que evidenciam os agentes envolvidos nesse processo é importante para compreender a expansão do agronegócio e do neoextrativismo e suas relações com as políticas

territoriais dos Estados. Entre as políticas que se destacam no horizonte de grandes investimentos direcionados à ofensiva neoextrativista tem como exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que integrou um dos grandes programas de escala regional, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e que atualmente tem ganhado novos contornos.

Esse programa foi um dos principais projetos políticos que impulsionou grandes empreendimentos voltados às infraestruturas como hidrovias, ferrovias, portos, corredores bioceânicos, grandes hidroelétricas, redes de comunicação, visando facilitar a integração territorial (Svampa, 2023). E como apontado por Sauer *et al.* (2021) outros elementos geopolíticos da “guinada ao sul” orientada, sobretudo, pelos movimentos dos BRICS, aprofundaram as pressões por terras e acentuam os conflitos no campo. A “questão agrária”, a terra, portanto, é uma questão chave (Sauer *et al.*, 2021).

As políticas territoriais dos Estados, em diversas intensidades, intensificaram a reprodução de lógicas extrativa-exportadoras relacionadas aos modelos da mineração, hidrocarbonetos e agroalimentares, intensificando a problemática de dependência das economias regionais, não somente em relação aos países do norte, mas sobretudo em relação à China (Svampa, 2023). Expande-se, nesse contexto, os ajustes espaciais conforme as demandas e lógicas capitalistas implementando zonas extrativas, zonas de processamento de matérias primas e zonas logísticas (Moreno, 2019).

No caso do PAC houve uma retomada de projetos articulados durante a ditadura empresarial-militar que foram muito criticados nas últimas décadas do século XX por seus imensos impactos socioambientais em diversas regiões. Entre esses projetos está a “barragem de Belo Monte, a terceira maior do mundo, que inundou centenas de quilômetros quadrados no Vale do Xingu, e dezenas de outros projetos nas bacias dos rios Tocantins e Tapajós” (Laschefski; Zhouri, 2019, p. 285).

Todo esse cenário evidencia as nuances do terrorismo estatal-empresarial no contexto de uma guerra continuada contra os territórios indígenas sob as faces de um país

de intensa concentração fundiária. Os autores Santos *et al.* (2020) demonstram um estudo sobre a desigualdade da distribuição da posse da terra e suas relações históricas com os processos de expropriação de territórios e de grilagem.

Nessa conjuntura há um crescente avanço de dispositivos legais-expropriatórios em forma de projetos de lei (PL) tal como o que foi chamado de “pacote da destruição”, constituído pela PL da Grilagem, PL do Licenciamento Ambiental, PL do Veneno, PL da mineração que visam estabelecer o avanço de empreendimentos em Terras Indígenas, os quais são projetos de interesse de parlamentares ruralistas no Congresso, de seus segmentos como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e envolve o financiamento do setor empresarial e de lobistas em âmbito internacional. A “FPA é diretamente financiada por invasores: 18 integrantes da frente receberam R\$ 3,6 milhões em doações de campanha de fazendeiros ligados a sobreposições em TI’s” (Castilho *et al.*, 2023, s.p).

O Estado, nesse processo, é um agente de contrainsurgência, que como ressaltado por Andrey Cordeiro Ferreira, caracteriza-se pela aliança entre forças policiais, militarismo e o capital. O Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo independente das formas assumidas por esse Estado e de seus regimes políticos (Ferreira, 2019a). É o agente que identifica e organiza áreas para a ofensiva territorial do capital (Sassen, 2016; Pereira, 2019).

Nas últimas décadas, os ataques contra os direitos dos povos se intensificaram estimulada pela paralisação dos processos de demarcação sob diferentes governos que priorizaram a lógica capitalista de apropriação privada e de saque a biodiversidade. Sob a égide da esquerda institucional houve uma ampla expansão do agronegócio e de aliança com o ruralismo e os setores empresariais. Com Temer (2016-2018) soma-se a esse contexto a implementação do desmonte de políticas trabalhistas, previdenciárias, agrárias e ambientais.

Uma conjuntura de violações que se aprofundou ainda mais sob o regime genocida e anti-indígena do governo militar-empresarial de Jair Bolsonaro e Mourão (Santos *et al.*, 2020). O governo Bolsonaro/Mourão teve como um de seus pilares a bancada ruralista e

como regime político fundamentou-se em ataques sistemáticos e na necropolítica contra os territórios indígenas, contexto que, como ressaltado por Sauer *et al.* (2021), não é apenas conjuntural.

O Movimento Indígena compôs a linha de frente das lutas organizadas contra o protofascismo no Brasil e a guerra contra a vida, com grandes levantes, mobilizações locais, nacionais e internacionais, além de retomadas e autodemarcações de territórios. Essas grandes mobilizações foram reconhecidas como Primavera Indígena, com importantes marchas e ações diretas durante o acampamento Terra Livre, a Marcha das Mulheres Indígenas e o acampamento Luta Pela Vida. Em uma das ocasiões, os movimentos decidiram manter uma mobilização de estado permanente, tanto em Brasília quanto em seus territórios até o julgamento da tese do Marco Temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2021.

O Marco Temporal é uma tese (inconstitucional) fundamentada na perspectiva de que o direito dos povos originários a seus territórios ficaria condicionado à ocupação desses territórios na ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, o que ignora o processo histórico de expropriação e compõe um projeto político que visa inviabilizar as demarcações de Terras Indígenas. Como apontado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (2023) o PL, assim como outros projetos de interesse da bancada ruralista e das grandes corporações do agronegócio, é inconstitucional e violam os direitos fundamentais dos povos originários.

Em maio de 2023, o Projeto de Lei 490/07 que converte em lei o marco temporal, foi aprovado pela Câmara dos Deputados com um placar de 283 votos a favor e 155 votos contra. Em seguida, o PL seguiu para votação no Senado Federal, na ocasião denominada como PL 2903/2023. Posteriormente à aprovação na Câmara seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) onde foi aprovado por 16 votos favoráveis e 10 contra. Nesse cenário, seguiu para ser votado no plenário do Senado em regime de urgência e no mesmo dia foi aprovado por 43 votos favoráveis e 21 contrários. Na ocasião da votação

no STF, a sessão encerrou-se com a consideração da tese como inconstitucional com placar de 9 votos contra a tese, entre eles votos do relator Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber (presidente na ocasião). E dois votos a favor, entre eles de André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

O presidente atual do Partido dos Trabalhadores, Lula, optou pelo veto parcial do Projeto de Lei, vetando 19 artigos integralmente, 5 parcialmente e 8 permaneceram. Nesse contexto, o Artigo 5 do PL que tinha por objetivo alterar o processo de demarcação permitindo que houvesse questionamento do procedimento por qualquer interessado, foi vetado integralmente, o que abria margem para aprofundamento da morosidade e da inviabilização de novos processos demarcatórios. No contexto atual, já há abertura para os interessados se manifestarem no prazo determinado.

Foram vetados parcialmente parágrafos do Artigo 16 que estabeleciam a definição do que são áreas indígenas, reservadas e sua gestão. Havia trechos que tratavam de “alteração de traços culturais da comunidade indígena” ou “outros fatores ocasionados pelo decurso do tempo” (trecho que compõe a continuidade de princípios da política integracionista e racista impostos pela Ditadura empresarial-militar) como fator para legitimação da expropriação e como fator para dar-lhe ao território outra destinação a partir daquilo que foi denominado como “interesse público ou social”. Vetou-se o trecho que visa destinar terras “ao Programa Nacional de Reforma Agrária, atribuindo-se os lotes preferencialmente a indígenas”.

O Artigo 20 foi vetado parcialmente, no texto aprovado pelo Senado autorizava-se a instalação de bases militares nas TI's e a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal, a expansão de malha viária, o avanço de exploração energética e a instalação de empreendimentos sem consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas. Além disso, foi vetado integralmente o Artigo 30 que autorizava o cultivo e a pesquisa de transgênicos em Terras Indígenas, assim como o Artigo 28 que versava sobre povos indígenas

isolados. Os vetos serão analisados pelo Congresso Nacional em sessão entre Deputados e Senadores.

O Movimento Indígena, através da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), destacou que a posição do movimento é a reivindicação de que o presidente vetasse completamente o PL e alertam para as ameaças que seguem em curso. O movimento alerta para as ameaças dos trechos que foram vetados parcialmente, sobretudo no que tange ao Artigo 26 que trata da abertura de “cooperação” entre indígenas e não indígenas para exploração de atividades econômicas nos territórios e para o Artigo 20 que indica que o usufruto exclusivo dos povos sobre suas terras não se sobrepõe ao “interesse da política de defesa e soberania nacional”, o que se caracteriza como conceito genérico que pode servir para justificar intervenções militares.

A APIB reforça que o PL é um projeto genocida patrocinado por grandes proprietários de terra e pelo grande empresariado do agronegócio. E ressalta ainda que o movimento indígena permanecerá em constante mobilização nas aldeias, cidades e redes para impedir que o projeto de morte em curso seja transformado na lei do genocídio indígena (APIB, 2023).

Sob o novo governo do Partido dos Trabalhadores, por meio de uma ampla coalizão junto a diversos setores políticos e partidários, vemos o alvorecer da repetição de erros históricos, a expansão do “Novo PAC” por meio da parceria entre agentes privados, o estado e os municípios, cujo investimento ultrapassa um trilhão de reais (1,7 trilhão de R\$) (Governo Federal, 2023) em todos os estados do país. Há recursos disponibilizados diretamente para o agronegócio com novos investimentos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e para ampliações de infraestrutura para transporte e escoamento de safra por meio da atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária. Seguem em debate ainda as controvérsias e contradições da renovação da licença da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do projeto que envolve a frente de exploração petrolífera no rio Amazonas, assim como outros projetos, como a Nova Ferroeste e a Ferrogrão,

como “projetos de morte” que atingem diretamente povos originários, povos tradicionais e corredores ecológicos.

O paradoxo se situa na convergência de dispositivos legais, jurídicos e institucionais que promovem a legitimação da expansão do agronegócio e de grandes empreendimentos, enquanto intensificam o processo de financeirização dos territórios com a atuação de corporações transnacionais. Isso aprofunda os ataques sistemáticos aos territórios indígenas e intensifica os impactos socioambientais.

A violência, nesse cenário, exerce um papel como mecanismo de poder. Não é uma dinâmica desarticulada e excepcional, mas uma estratégia de contrainsurgência muito bem articulada. Não afeta da mesma forma os diversos setores que compõem a sociedade e enquanto violência estrutural institui um ordenamento constante da desigualdade. Esse ordenamento é produzido com o amparo de dispositivos legais-institucionais como meios de força coercitiva que se implementa como ordem social (Martín-Baró, 1985).

A questão agrária no Brasil evidencia as dimensões dessa violência articulada como *modus operandi* a ferro, fogo e sangue, que historicamente tem sido instaurada e reordenada pelas elites político-econômica e agrária (Mitidiero Junior; Feliciano, 2018). Para Mbembe (2018):

As guerras de ocupação e as guerras anti insurrecionais visam não apenas capturar e liquidar o inimigo, mas também levar adiante uma distribuição do tempo e uma atomização do espaço. Uma parte do trabalho consiste agora em transformar o real em ficção e a ficção em real: a mobilização militar aérea, a destruição de infraestruturas, os golpes e feridas são acompanhadas por uma mobilização total através das imagens. Elas fazem agora parte de dispositivos de uma violência que se desejava pura (Mbembe, 2018, p. 16)

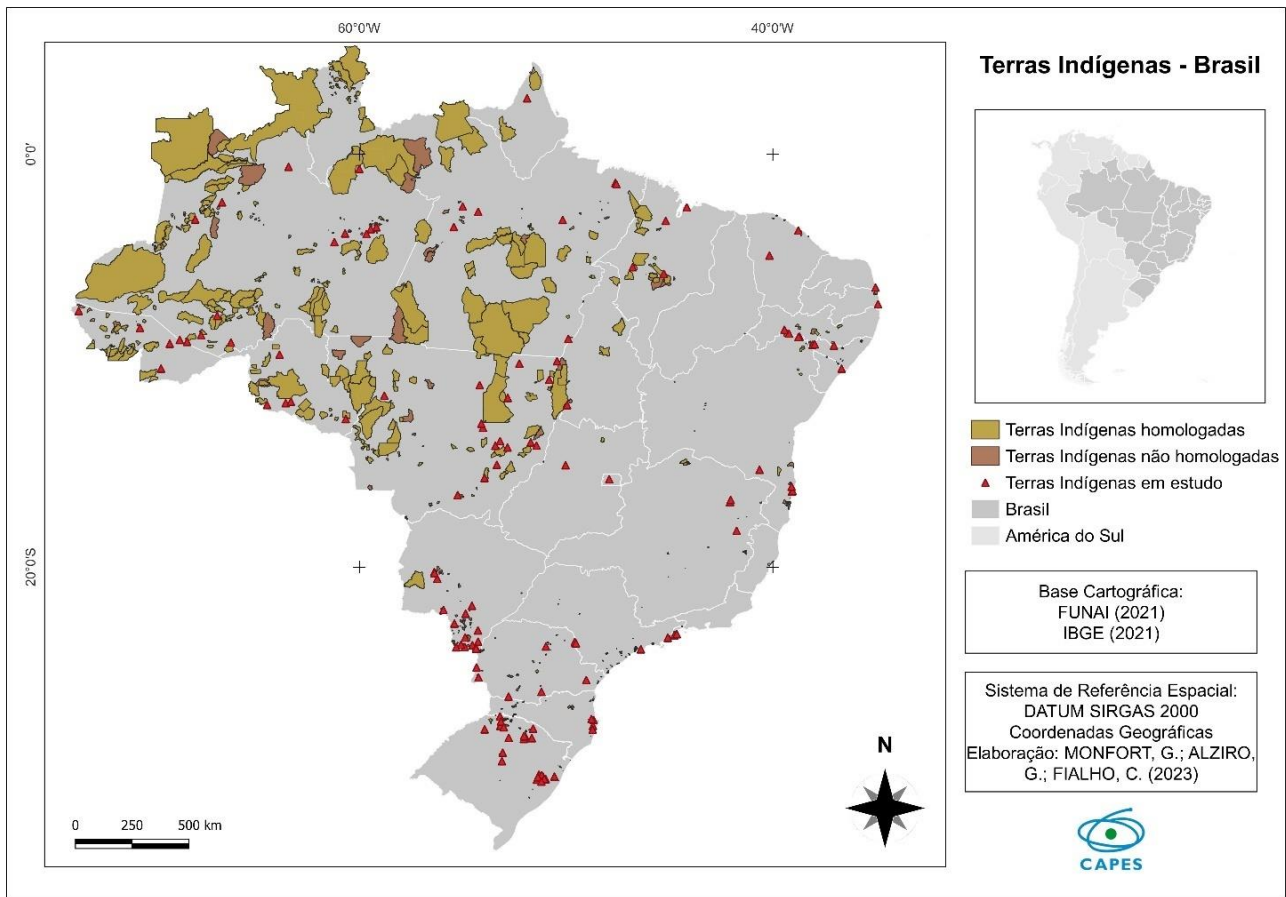
A ofensiva ruralista na questão agrária evidencia as faces dessa guerra continuada com crescente avanço de processos de pilhagem, dinâmica que se caracteriza enquanto um processo e como prática de saque massivo à biodiversidade e aos territórios. Para a

permanência dos volumes de superexploração e extração, a dinâmica da pilhagem também “só se mantém pela criação de mecanismos legais que justifiquem processos ilegais, ou seja, criando formas de levar ao terreno da legalidade o roubo, a fraude e o saque” (Malheiro, 2023, p. 163).

Em um importante estudo, o observatório *De olho nos ruralistas* realizou um cruzamento de base de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e identificou 1.692 sobreposições de fazendas em Terras Indígenas no país. Demonstraram que essas sobreposições configuram 1,18 milhão de hectares e desse total, 95,5% são territórios pendentes do processo de demarcação (Castilho *et al.*, 2023).

Conforme o dossiê do observatório, 42 estão nas mãos de clãs políticos nacionais e regionais que concentram, de modo conjunto, 96 mil hectares em áreas sobrepostas a Terras Indígenas. Essas áreas correspondem aproximadamente às áreas urbanas de Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. O estado de Mato Grosso do Sul lidera, com 17 casos, seguido dos estados de Mato Grosso e Maranhão, com sete cada (Castilho *et al.*, 2023). Abaixo compartilhamos um mapa das Terras Indígenas no país (**Mapa 1**).

Mapa 1 – Terras indígenas no Brasil.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O estudo conduzido no dossiê revela quais setores predominam como principais responsáveis pelas sobreposições aos territórios indígenas e entre eles estão os setores de grãos, madeira, carne, fruticultura, açúcar e etanol. Nessa conjuntura, bancos e fundos de investimento são agentes econômicos ligados aos ataques constantes contra as Terras Indígenas, além dos setores multinacionais associado a fazendas incidentes nesses territórios como as empresas Bunge, Lactalis, Cosan que com a petroleira anglo-holandesa Shell tem controle sobre a maior produtora de açúcar e etanol do mundo – a Raízen, Amaggi, Bom Futuro, Ducoco e Nichio. É o capital global lucrando com as violações da vida e dos direitos territoriais originários (Castilho *et al.*, 2023).

Muitas dimensões e dinâmicas históricas e geográficas estão justapostas às velhas e novas formas de expropriação e de violência contra os territórios indígenas. Para Aráoz

(2010, p. 8) a dimensão geográfica da expropriação gera um reordenamento impulsionado pela dinâmica globalizada do capital, ocasionando impactos intensos em escalas locais. As novas fronteiras de acumulação que avançam sobre os territórios e as riquezas naturais estão entrelaçadas a muitos fatores que produzem crises de diferentes naturezas, como a alimentar, socioambiental, econômica, política e energética. Em contrapartida, os horizontes de vida que irrompem os cercos emergem das diferentes lutas por terra e território (Sauer *et al.*, 2021).

Os conflitos fundiários, sociais e ambientais evidenciam dinâmicas de territorialidades em disputa, com movimentos tanto de natureza hegemônica como no sentido emancipatório a partir das lutas e das estratégias de mobilização/articulação dos movimentos sociais (Porto-Gonçalves, 2002). Na linha de frente contra essa ofensiva estatal-empresarial, os povos originários seguem fortalecendo as trincheiras da luta pela vida e por terra-território, afirmando fundamentalmente que, o futuro é ancestral. E a auto-organização das juventudes indígenas assume um horizonte importante nesse movimento.

2. Juventudes indígenas, territorialidades insurgentes: Guerreiras e guerreiros em retomadas

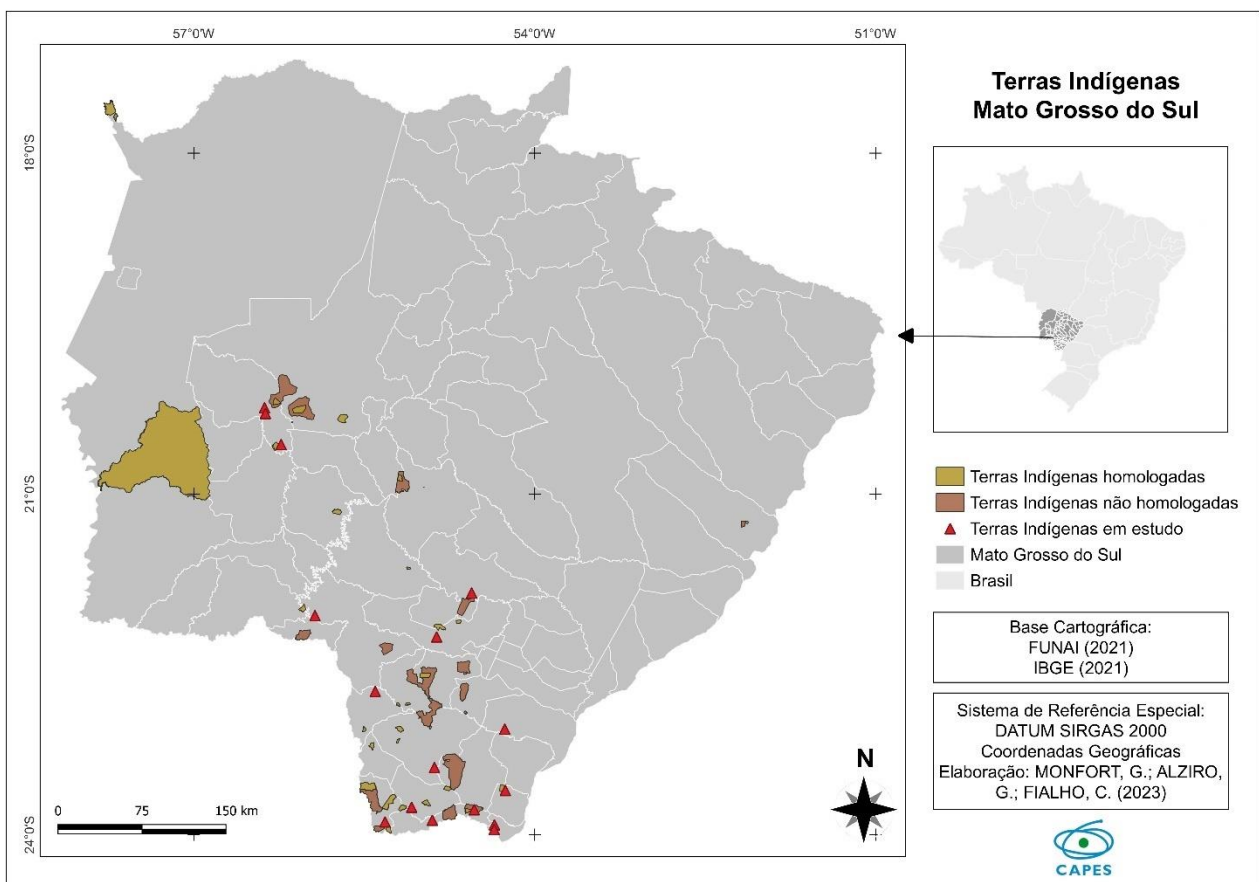
O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado. Se continuarmos a lutar a partir das cercas, elas seguirão nos separando, nos dividindo; são elas que permitem que alguém degrade o rio em um canto e que as demais pessoas que não o fazem sejam impactadas pela destruição desse mesmo rio em outro lugar (Ferreira, 2021, p. 43)

Diante dos ataques estatais-empresariais contra os territórios indígenas, os povos irrompem esse cerco com os horizontes de retomadas e de autodemarcações, fortalecendo processos de auto-organização e autonomias. Nesse cenário, as/os jovens indígenas têm avançado em movimentos e formas de organizações que são múltiplas e que

atuam como segmento auto-organizado nos processos de luta junto ao povo em defesa do território.

No caso de Mato Grosso do Sul o estado possui a terceira maior população indígena do país, aproximadamente 116.346 mil pessoas. Também é o estado que possui uma das maiores desigualdades na distribuição de terras, de modo que as grandes propriedades (> 1.000 ha) compõem 83% da área, em contrapartida, as pequenas propriedades (< 50 ha) abrangem apenas 4% da área (Santos *et al.*, 2020). Uma porção dos territórios ocupados pelos Kaiowá, Guarani e Terena são reservas indígenas estabelecidas pela política integracionista de Estado no início do século XX pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A seguir, compartilhamos um mapa das Terras Indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (**Mapa 2**).

Mapa 2 – Terras indígenas no estado de Mato Grosso do Sul.



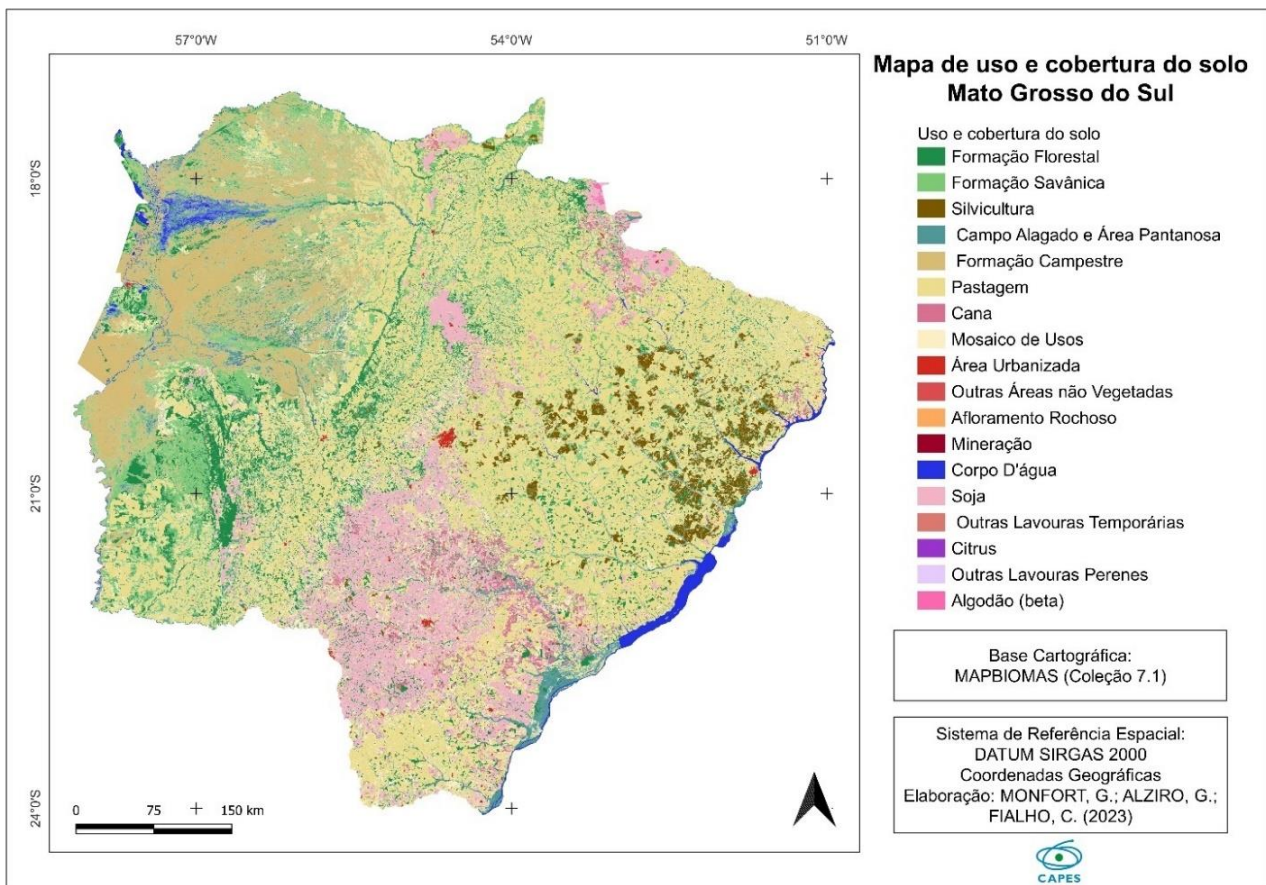
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Um dos principais cenários de guerra e genocídio é Mato Grosso do Sul. O estado tem o maior índice de sobreposições, sendo 630 ao todo. Logo estão os estados de Mato Grosso com 247 sobreposições, o Maranhão com 189. Os mesmos comandam o *ranking* por área, o Mato Grosso com 371,5 mil hectares, o Maranhão com 244,9 mil hectares e o Mato Grosso do Sul com 238,9 mil ha (Castilho *et al.*, 2023).

O estado de Mato Grosso do Sul está situado em zonas de fronteiras territoriais e fluviais internacionais, além de portos, ferrovias e rotas rodoviárias que culminam no processo de integração na economia mundial contemporânea, a qual se aprofundou a partir da década de 1960-1970 sob o eixo do avanço das fronteiras agrícolas (Ferreira, 2019b). Nas décadas de 1950 e 1960 os monocultivos de trigo, algodão e cana foram sendo estabelecidos na porção que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul. Até 1970 a pecuária predominava no estado. Simultaneamente, por motivos relacionados aos grãos e sua utilização na alimentação de animais, acentuaram-se os complexos agroindustriais com a presença de empresas como a Sadia e a Doux, atual BR-Food e a reestruturação da avicultura foi mobilizada pela dimensão industrial (Mizusaki, 2009; Dubos-Raoul, 2023).

Na década de 1960 e principalmente entre 1980-1990 com as políticas do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), os canaviais se expandem, circundam as reservas e consomem hectares de terra a se perder de vista, ao mesmo tempo que, impulsionam a intensificação da superexploração do trabalho (Morais, 2017). O mapa a seguir evidencia a complexidade do contexto territorial do estado de Mato Grosso do Sul a partir da condição de uso e cobertura do solo no ano de 2021 (**Mapa 3**).

Mapa 3 – Mapa de uso e cobertura do solo – Mato Grosso do Sul (ano de 2021).



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Frente ao cenário de intensas mudanças no uso e cobertura do solo, de pilhagem socioambiental e expropriação conduzido pelo Estado e pelo agronegócio, as juventudes indígenas tem fortalecido ações coletivas em seus territórios, por meio de formas organizativas particulares a partir de cada movimento e em diversas escalas de atuação. Através de coletivos, retomadas, associações, espaços culturais e conselhos, as/os jovens tem se fortalecido os horizontes de resistência nos movimentos organizados de seu povo, criando espaços organizativos próprios.

Nas trincheiras que se formam entre os biomas da Mata Atlântica e parte do Cerrado, no que atualmente corresponde ao conesul de Mato Grosso do Sul, os *tekoha* kaiowá e guarani irrompem as cercas e os cercos do Estado e do agronegócio com os

movimentos de retomada permeados pelas rezas de anciãs e anciões e pela auto-organização e participação ativa de jovens. Nessa teia de insurreições nasceu a Retomada Aty Jovem (RAJ), a grande assembleia da juventude Kaiowá e Guarani. Abaixo compartilhamos uma fotografia de conselheiros da RAJ em mobilização nacional do Movimento Indígena (**Fotografia 1**).

Fotografia 1 – Conselheiros da Retomada Aty Jovem em Brasília (2022).



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

A RAJ representa o levante de jovens organizados em defesa de seus *tekoha* (territórios ancestrais), um movimento que tem se fortalecido desde 2012 e que ampliou suas redes de atuação e seu processo político-organizativo em 2016. Em uma carta de apresentação, as/os jovens afirmam: “Fomos formados e educados pela luta contra o massacre e o genocídio que vocês travaram e ainda travam contra nossos pais [...]. Nascemos na luta e da luta não sairemos” (RAJ, 2016, s.p.).

Nesse horizonte que se amplia pela resistência jovem, *Kunumi Poty Rendy'i*, conselheiro da RAJ, destaca:

Na retomada nós jovens aprendemos muitas coisas, o principal é a sobrevivência do dia a dia, do nosso cotidiano, nós jovens na retomada sempre estamos na frente da luta, somos como guardiões, cuidando para não acontecer nada com o *tekoha*. No *tekoha* nós temos o nosso modo de ser, o que nós chamamos de *Ñandereko*. Ali aprendemos muitas coisas que nós kaiowá tínhamos esquecido, como a importância da casa de reza que nós chamamos de *ogusu* ou *ogapysy*, a casa sagrada onde os espíritos chegam durante o nosso ritual, quando nós dançamos e cantamos. Esse é o nosso porto seguro na retomada, a *ogapysy*. Muitos jovens não conheciam e depois que vão para retomada, morar no território que nós chamamos de *tekoha*, os jovens aprendem essas coisas. Nas retomadas nós não voltamos apenas para retomar de novo o território, nós também retornamos de novo o nosso modo de ser, a cultura, língua, a crença, essas são coisas fortes na retomada e os jovens estão aprendendo isso (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y*, informação verbal, 2021).

Essa é uma geração que insurge junto aos rezadores e rezadoras pela memória de luta de todos os guerreiros e guerreiras do povo que tombaram na luta. Movimentos que se criam em múltiplos territórios fazendo emergir diversas narrativas de resistência por demarcação, pelo avanço das retomadas, pela proteção à vida das/os jovens, por educação e saúde. São os jovens que também tem levantado processos de luta contra a exploração do trabalho pelo agronegócio, seja nas usinas, no corte de cana-de-açúcar, nos frigoríficos e outros setores similares. Sob essa reflexão vale destacar um debate fundamental realizado por Ferreira (2013)

O colonialismo implicou exatamente na produção e/ou refuncionalização e ressignificação das segmentações internas das sociedades (étnicas, de gênero e geração), de maneira que a estrutura de classes do capitalismo tende a se entrecruzar com diferenciações diversas; o colonialismo implicou a multiplicação das formas de discriminação, derivadas exatamente da necessidade de transformar as múltiplas formas de segmentação que ela incorpora e refuncionaliza em operadores de produção de desigualdade e assimetrias, ao mesmo tempo aprofundando e camuflando seu caráter de classe (Ferreira, 2013, p. 281).

Além disso, emerge, nessa espiral de luta, o fortalecimento de redes de comunicação/contrainformação e de audiovisual produzido por coletivos de mídias indígenas. Os horizontes de resistência se ampliam ainda na dimensão do fortalecimento dos sistemas socioecológicos tradicionais e da agrobiodiversidade por meio dos conhecimentos, práticas e tecnologias ancestrais, as quais tem sido elementar entre os debates realizados pela juventude kaiowá e guarani.

As/os jovens, assim como as mulheres, em diferentes intensidades, têm expandido ações coletivas de cuidado com a terra nas retomadas em que vivem, como processo que tem se constituído como prática cotidiana de reprodução da vida diante da ampla pilhagem socioambiental e das terras arrasadas pela expansão dos monocultivos sobre os territórios indígenas. Abaixo, segue uma fotografia de conselheiros da RAJ fortalecendo o cultivo dos sistemas socioecológicos tradicionais (**Fotografia 2**).

A retomada fortalece mais a espiritualidade que nos segura nas retomadas. Quando nós fazemos o ritual é para abençoar a nossa vida, para nós termos saúde e coragem. Também plantamos alimentos na retomada para o nosso sustento e os rituais servem para isso também para abençoar a nossa comida das pragas, os brancos usam venenos. Mas nós kaiowá usamos ritual de reza para nossa roça, isso é muito importante e sustentável para nós. Quando nós jovens voltamos de novo ao nosso território para retomar, não é mais a mesma coisa, nós já encontramos as dificuldades, principalmente na alimentação. Tem algumas famílias que não tem nada para comer todo dia na retomada, e tem algumas famílias já tem alguma coisa pra comer. Essa é a realidade de morar na retomada morar na lona, [...] essa é a vida de quem luta para conseguir de novo o território. Sofremos bastante ameaças de fazendeiros e a vida que segue, com essas e muitas coisas os jovens aprenderam bastante para sobreviver na retomada e seguir forte na luta e não desistir. A RAJ, retomada aty jovem, serve para mostrar que o jovem tem o seu valor e para ter voz na linha de frente na retomada. Os jovens são sempre os primeiros a enfrentar confrontos com os fazendeiros (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y*, informação verbal, 2021).

Fotografia 2 – Kunumi Poty Rendy'i – geógrafo kaiowá e um dos conselheiros da RAJ (2022).



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

Em outras margens, nas trincheiras que se formam entre o cerrado e o pantanal as/os jovens Terena, habitantes originários da região do Êxivâ como dizem os anciões e anciãs, fortalecem processos de auto-organização em luta pela retomada do *Poké'ixa úti* (nosso território) (Fialho, 2019). O topônimo Êxivâ manifesta a dimensão de um território ancestral e de sistema autônomo indígena nas margens do Chaco, Cerrado e Pantanal (Ferreira, 2018).

O povo Terena compõe a segunda maior população indígena no estado de Mato Grosso do Sul e estão territórios demarcados e retomados nas margens da Bacia do Alto Pantanal. As insurreições das retomadas terena teve dois momentos importantes, sendo um deles o período final das décadas do século XX com o avanço de retomadas territoriais; e os novos levantes do século XXI sobretudo a partir de 2013 (Ferreira, 2018).

Um marco muito importante que se manifesta na memória das/os que estão fortalecendo os processos de luta, é a retomada do território em que incide a “fazenda esperança”, território liberado e recuperado pelo povo Terena no de 2013, após o massacre

em que o Estado e o agronegócio ceifarem a vida de Oziel Gabriel na Terra Indígena Buriti (Fialho; Monfort, 2020). De acordo com o Fialho (2022):

As primeiras retomadas que foram feitas no ano de 2013, foram ocupadas e até os dias atuais são ocupados por famílias da aldeia de *Pânana* e *Ipeakaxóti*, enquanto nas retomadas que foram feitas entre os anos de 2014 a 2015 ficaram as famílias das aldeias de *Kali Lâvona*, *Hopunó'evoti Uné* e *Mâko*. Já as retomadas feitas no ano de 2016 a 2018 houve uma distribuição entre as famílias das sete aldeias. Ocorreu uma distribuição em relação às famílias que iriam ocupar as retomadas, porém não queria dizer que somente aquelas famílias que fazem o usufruto dela, mas de todas que são pertencentes da TI *Toné/Ipeakaxoti* (Fialho, 2022, p. 37).

Essa é uma retomada muito marcante em que se liberou e recuperou uma área de três mil hectares diante de 12 mil hectares tomadas por apropriação privada. Sob o manifesto de “*Pok'éxa ûti! Pok'éxa ûti!*”, cerca de três mil indígenas de sete aldeias que compõe a Terra Indígena Taunay/Ipegue avançaram em retomada (Eloy-Amado, 2017). Outros territórios foram liberados nos anos seguintes onde incidiam sete fazendas (Fialho, 2019). Em um dos manifestos do conselho do Povo Terena – *Hánaiti Ho'únevo Têrenoe* – afirma:

Passamos pelo governo dito de esquerda, que se entregou ao capital; resistimos ao governo [...], que rifou nossos direitos ao agronegócio; e agora estamos prontos, para fazer a resistência [...], ante ao governo de extrema direita de Bolsonaro, anti indígena, racista e autoritário. [...] Povo Terena, Povo que se levanta! (Conselho do Povo Terena; APIB, 2019, p. 146).

As retomadas se expressam como processos de luta, de liberação e recuperação dos territórios ancestrais por meio da ação direta dos movimentos e parentelas frente ao terrorismo de Estado e à mercantilização da terra e da biodiversidade. Há nessa espiral, a reelaboração étnico-cultural das experiências de resistência que se refazem constantemente através da memória, das narrativas de diferentes gerações e pelas ações do movimento indígena. O que assume uma relação dialética entre poder e contrapoder – dominação e resistência – que se materializa em termos espaciais com processos autonômicos de recuperação territorial (Ferreira, 2018).

Para o geógrafo e pesquisador terena Fialho (2022) as retomadas são ações próprias e legítimas dos povos originários de defender e recuperar, através de ações autônomas, os territórios ancestrais invadidos e expropriados, fazendo valer pela própria auto-organização seus direitos originários.

Para o pesquisador kaiowá Eliel Benites (2021) a retomada está intrinsecamente relacionada ao reavivamento da memória dos *jekoha* (sustentadores da memória) mais antigos, guardiãs e guardiões da memória sobre os *tekoha*, outrora ocupados e depois expropriados pelos não indígenas. O autor remonta processos de retomada que se levantaram nas áreas que circundam à reserva *Te'yikue* onde Denílson Barbosa foi assassinato em 2013, onde também ocorreu o massacre de Caarapó que deixou dezenas de feridos e ceifou a vida do agente de saúde Kaiowá Clodiodi de Souza. Nesse contexto, parentelas fortaleceram um objetivo comum, inaugurando o novo tempo, um novo tempo de retomadas (Benites, 2021).

Uma frente de resistência que tem sido fortalecida entre a juventude Terena tem sido o processo de atuação direta no debate contra o colapso climático levantando novas dimensões e sentidos na luta por terra e território. A partir da emergência de um debate crítico fortalecido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil uma temática tem assumido um lugar central: Povos, Terras Indígenas e a vida no planeta.

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) realizada ano de 2021 em Glasgow teve a presença de delegações dos Movimentos Indígenas de diversas regiões, dentre elas de Abya Yala. Uma das dimensões da crítica anunciada por diferentes vozes e povos de múltiplos territórios, foi sobre a perspectiva hegemônica das falsas soluções, da mercantilização da pauta ambiental como nova forma de colonialismo e a marginalização de um debate fundamentado na compreensão da crise como sistêmica. Para além disso, afirmaram o enfrentamento permanente à financeirização da pauta ambiental e as novas formas de colonialismo.

Para a APIB o Movimento Indígena continuará afirmando a centralidade dos povos originários e de seus territórios nesse processo de luta:

Estamos observando governos e organizações buscarem soluções tecnológicas e ferramentas que possam ajudar a atual crise, mas é necessário entender que a principal tecnologia social já foi desenvolvida pelos povos indígenas: os territórios tradicionais e as culturas indígenas. [...] Em meio a um contexto de muitas ameaças aos povos e territórios indígenas, a Apib irá participar da COP26 para afirmar ao mundo a centralidade sobre a garantia da demarcação e proteção das Terras Indígenas para o enfrentamento da crise climática. [...] Nossa relação com o território não é de propriedade, exploração, expropriação ou apropriação, mas de respeito e manejo de um bem comum. [...] Somos nós, Povos Indígenas, os maiores responsáveis pela preservação dos biomas do planeta (APIB, 2021, s.p.)

A juventude Terena esteve presente na COP26 somando esforços com as delegações de diversos povos, pautando coletivamente com outras organizações indígenas os processos de luta internacionalista para o enfrentamento à crise climática, fomentando um debate desde baixo e desde a defesa dos territórios indígenas. A seguir, compartilhamos uma fotografia da participação da juventude Terena na COP 26 (**Fotografia 3**).

Fotografia 3 – Participação do conselho da juventude Terena na COP26 em Glasgow, Escócia.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

Um olhar atento para as articulações que as redes tecidas nos processos de luta dos povos indígenas constroem, à exemplo das filiações étnicas, de gênero e geracionais, possibilitam elementos importantes para os debates sobre a “(ex)ensão da questão agrária” (Montenegro Gómez, 2010, p. 28; Sauer *et al.*, 2021). Nesse contexto, o território é central, é um conceito político por excelência “e denota relações de poder que se dão no espaço, que se especializam e que são mediadas pelo espaço” (Neto, 2012, p. 150). A atuação das organizações de base e movimentos de jovens indígenas aponta múltiplos caminhos para as lutas por terra e território, à medida que se faz enquanto uma categoria social, mobilizadora de atuação política (Montenegro Gómez, 2010; Sauer *et al.*, 2021).

A dimensão espacial desse fenômeno tem ampliado possibilidades nos estudos sobre as relações global-local e os novos sujeitos das lutas por terra e território. Pensar junto à juventude, portanto, é pensar desde a pluralidade de sujeitos e dos contextos particulares e concretos em que se realiza as relações geracionais (Neto, 2012; Da Costa Oliveira, 2023). É imaginar os novos sentidos geopolíticos e horizontes de resistência que emergem das experiências geracionais e dos processos de luta que se recriam nos contínuos movimentos que tecem a defesa dos territórios ancestrais e das autonomias diante das profundas marcas da violência e das desigualdades estruturais.

Considerações Finais

Este trabalho é fruto de reflexões e análises coletivas entre pesquisadores/as indígenas e não indígenas e buscou somar-se aos estudos que tem dedicado esforços e compromisso para ampliar o debate sobre a guerra continuada, a expropriação e violência contra os territórios indígenas conduzida pelo Estado e pelo agronegócio.

As fronteiras de acumulação avançam sobre os territórios e os bens comuns engendrados em distintos fatores que produzem crises de diferentes naturezas, como a alimentar, socioambiental, econômica, política e energética. Na linha de frente contra

esse limbo, os horizontes de vida que irrompem os cercos dos projetos de morte, emergem das lutas por terra-território onde as juventudes tem ocupado um papel central nos levantes.

Os novos cercos dessa guerra continuada têm instituído profundos impactos socioambientais, comumente, denominados como zonas de sacrifícios do capital. Nesse cenário, a auto-organização das juventudes indígenas tem operado como um importante segmento nos processos de luta em defesa das retomadas e da autodemarcação dos territórios.

As insurreições da juventude nos possibilitam imaginar os novos sentidos geopolíticos que emergem da multiplicidade de formas de resistências, modos de organização e movimentos, como novos horizontes para as lutas por terra e território, bem como para a questão agrária.

Agradecimentos

Agradecemos ao povo Guarani Kaiowá e ao povo Terena por nos ensinarem e apontarem importantes caminhos de luta pela vida e pela defesa da terra-território.

Referências

ÁLVAREZ, Álvaro. China y América del Sur. El Consenso de Beijing y las redes materiales del extractivismo. *Izquierdas*, v. 50, pp. 2684-2709, 2021.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Nota técnica nº 05/2023** - AJUR/APIB - Assessoria Jurídica. Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2023/05/Nota-Te%CC%81cnica-da-APIB-sobre-o-PL-490_2007.pdf>. Acesso em 7/08/23.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Veto Parcial**: Lula barra Marco Temporal, porém ameaças continuam no PL 2903. Disponível em:

<<https://apiboficial.org/2023/10/20/veto-parcial-lula-barra-marco-temporal-porem-ameacas-continuam-no-pl-2903/#:~:text=O%20Senado%20aprovou%2C%20no%20dia,a%20proposta%20ser%20totalmente%20vetada> >. Acesso em 17/11/23

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BENITES, Eliel. **A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

CASTILHO, Alceu Luís; FIALHO, Bernardo; BASSI, Bruno Stankevicius; CARLINI, Eduardo Luiz Damiani Goyos; SOUZA, Hugo; MORAES, Katarina; PRADO, Luma Ribeiro; PITTELKOW, Nanci; BELLENTANI, Natália Freire. **Os invasores I: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas**. Dossiê, De olho nos ruralistas, abr, 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf> >. Acesso em 05/07/23.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis. Onde ficam os direitos das juventudes indígenas? **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 9, nº 2, pp. 645-658, 2023.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DUBOS-RAOUL, Marine. A expansão do setor sucroenergético em território indígena no sul de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, nº60, s.p, 2023.

ELOY-AMADO, Luiz H. O despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político em mato grosso do sul. **MovimentAção**, v. 4, nº 6, pp. 83-104, 2017.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. As Sociedades “contra” e “no” Estado-de Exiwa às Retomadas: Território, autonomia e hierarquia na história dos povos indígenas do Chaco-Pantanal. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, pp. 152-408, 2018.

- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Insurgência: os levantes Indígena-Camponeses e urbanos no século XXI. In: AZEVEDO, Leon (org.). **Insurgência popular e Estado de contrain-surgência**: abordagens para analisar o Brasil contemporâneo. Brasília-DF: Editora O Lampião, 2019a. p. 41- 46.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Acumulação flexível e dialética do trabalho: reestruturação produtiva e povos indígenas na cadeia mercantil da agroindústria. In: MURA, Fabio; SECUNDINO, Marcondes de Araújo; SILVA, Alexandra Barbosa (orgs). **Povos indígenas e relações de poder**: olhares sobre a América do Sul. Campina Grande: EDUEPB, 2019b. p. 265-284.
- FIALHO, Cerizi Francelino; MONFORT, Gislaine. Poké'exa úti: Territorialidades de resistência Terena e auto-organização contra a pandemia e a degradação ambiental. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 2, pp. 330-330, 2020.
- FIALHO, Cerizi Francelino. **Retomá Kixopotí Poké'exa Terenoehikó Ihae Toné/Ipeakaxoti**: trajetória da retomada caçula do povo Terena. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.
- LANDER, Edgardo. La transición energética corporativa-colonial. In: PARRA, Gloria Isabel García; BATTHYÁNY, Karina. (orgs.) **Transiciones justas**: una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; OXFAM, 2023. p. 13-34.
- LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a “questão territorial” e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, nº 52, pp. 278-322, 2019.
- LEFF, Enrique. La cuestión ambiental lleva a comprender cómo se establece el encuentro antagónico del plano de inmanencia del régimen de racionalidad del capital con el plano de inmanencia de la vida. In: PARRA, Gloria Isabel García; BATTHYÁNY, Karina. **Transiciones justas**: una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; OXFAM, 2023. p. 89-114.
- LUCIANO, Gersem José et al. (orgs.) **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2010.
- MALHEIRO, Bruno. As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral. In: PARRA, Gloria Isabel García; BATTHYÁNY, Karina (orgs.). **Transiciones justas**: una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; OXFAM, 2023. p. 153-173.

- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción y ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 1985.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.
- MIZUSAKI Marcia Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.
- MONTENEGRO, Jorge. **Conflitos pela terra e pelo território**: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.
- MORAIS, Bruno. **Do corpo ao pó**: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- MORENO, Helios Escalante. Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n° 1, pp. 77-113, 2019.
- NETO, Nécio Turra. **Múltiplas trajetórias juvenis**: territórios e rede de sociabilidade. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- PEREIRA, Lorena Izá. Matopiba: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista Nera**, n° 47, pp. 09-21, 2019.
- RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n° 104, pp. 1-22, 2020.
- RETOMADA ATY JOVEM. **Carta de apresentação da retomada aty jovem**. Cimi. Disponível em: <https://cimi.org.br/pub/doc/carta_raj.pdf>. Acesso em 07/07/23.
- SANTOS, Anderson de Souza; ELOY AMADO, Luiz Henrique; PASCA, Dan. “**É muita terra pra pouco índio**”? Ou **muita terra na mão de poucos**: Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. Instituto Socioambiental (ISA), 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/08/provo384.pdf>>. Acesso em 06/07/23.

SASSEN, Saskia. **Expulsões - Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, nº 3, pp. 503-524, 2012.

SAUER, Sérgio; DE CASTRO, Luis Felipe Perdigao; DE MEDEIROS ALBUQUERQUE, Ralph. Terra e juventude na América Latina: entre lutas, violências e conflitos. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, nº 19, pp. 21-53, 2021.

Germano Alziro Lima é conselheiro da Retomada Aty Jovem, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e graduado em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade. **E-mail:** germanolimaalziro@gmail.com

Cerizi Francelino Fialho é conselheiro do Conselho do Povo Terena, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **E-mail:** ceriziff@hotmail.com

Gislaine Monfort é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, mestre e graduada em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade. **E-mail:** gislainecmonfort@gmail.com

Artigo enviado em 11/09/2023 e aprovado em 21/11/2023.